terial a ser trabalhado. O educador deve procurar histórias infantis cativantes que apresente culturas que o leitor desconhecia, fazendo dessa forma ele refletir sobre o conteúdo lido e se tornar um leitor crítico onde possa discordar ou concordar da obra e expor suas idéias.

O leitor da educação infantil é um pré leitor, não é alfabetizado, ele toma conhecimento da literatura infantil através do tato, das imagens e do que é contado pra ele, desenvolver na criança o hábito pela leitura é um compromisso dos pais e que aos poucos é aperfeiçoado pelos educadores na educação infantil. Freqüentar bibliotecas, feiras de livros e livrarias são hábitos que devem ser adquiridos desde pequenos para futuramente termos leitores assíduos.

Portanto para concluir este artigo fica claro a importância da literatura infantil na educação infantil em todos os aspectos, a literatura é enriquecedora ela permite o leitor criar, fantasiar, se transportar e quem conhece essa imensa importância sabe que não existe tecnologia no universo que possa substituir o prazer e a importância de virar as páginas de um livro e se debruçar em um mundo cheio de aventuras e encantamentos.

Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil gostosuras e bobices. São Paulo: Editora Scipione, 5ª edição, 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond. Literatura infantil, in confissões de minas. Literatura obra completa. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1964.

BAKHTIN, Mikhail V. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALDI, Elizabeth. Leitura nas séries iniciais: uma proposta para formação de leitores e literatura. Porto Alegre: Editora Projeto, 2009.

BAMBERGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CAVALHEIRO, Edgard. Monteiro Lobato. São Paulo: Brasiliense, 1972.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. Panorama histórico da literatura infantil/ juvenil: Das Origens Indo-Européias ao Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1991.

D'AVILA, Antonio. Literatura Infantil. São Paulo: Editora do Brasil, 1969.

FILHO, José Nicolau Gregorin. Literatura infantil: Múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

GOES, Lúcia Pimentel. Introdução a literatura infantil e juvenil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

JOLIBERT, Josette et al. Formando crianças leitoras. Porto Alegre: Artmed Editora, 1994.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Editora Ática, 2001.

LAJOLO, Marisa. Literatura: Leitores e Leitura. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MAIA, Joseane. Literatura na formação de leitores e professores. São Paulo: Paulinas, 2007.

MEIRELES, Cecília. Problemas da Literatura Infantil. São Paulo: Summus Editorial, 2ª edição, 1979.

MIGUEZ, Fátima. Nas arte-manhas do imaginário infantil: O Lugar da Literatura na sala de aula. Rio de Janeiro: Singular Editora e Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. Leitura prazer: Interação participativa da criança com a literatura infantil na escola. São Paulo: Paulinas, 1996.

SARAIVA, Juracy Assmann. Literatura e alfabetização: Do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

SILVA, Vera Maria Tieztmann. Literatura infantil brasileira: Um guia para professores e promotores de leitura. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

A ALFABETIÇÃO E O ESTUDO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA DESDE UMA TENRA IDADE

IVALDIRENE FRANCISCA DOS SANTOS

RESUMO

Esse artigo busca refletir a respeito do ensino de uma segunda língua desde quando as crianças são bem pequenas. De um modo geral, diferentes fases da vida nos dão diferentes vantagens no aprendizado de idiomas. Como bebês, temos um ouvido melhor para diferentes sons; como crianças, podemos adquirir sotaques nativos com velocidade surpreendente. Como adultos, temos maior capacidade de atenção e habilidades cruciais, como alfabetização, que nos permitem expandir continuamente nosso vocabulário, mesmo em nossa própria língua . E uma série de fatores além do envelhecimento - como circunstâncias sociais, métodos de ensino e até mesmo amor e amizade - podem afetar a quantidade de línguas que falamos e como falamos. Além disso, aprender uma segunda língua não é tão difícil como costumava ser. Os cientistas estão constantemente estudando a aquisição de um segundo idioma e desenvolvendo novas metodologias para ajudar as crianças a aprender mais rápido.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizado; Idiomas; Sotaques

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the teaching of a second language since children are very young. In general, different stages of life give us different advantages in language learning. As babies, we have a better ear for different sounds; as children, we can acquire native accents with surprising speed. As adults, we have greater attention span and crucial skills, such as literacy, that allow us to continually expand our vocabulary, even in our own language. And a number of factors beyond aging - such as social circumstances, teaching methods and even love and friendship - can affect the amount of languages we speak and how we speak. Furthermore, learning a second language

is not as difficult as it used to be. Scientists are constantly studying the acquisition of a second language and developing new methodologies to help children learn faster.
KEYWORDS: Learning; Languages; Accents

INTRODUÇÃO

As crianças bilíngues aprendem mais rápido e mais facilmente, melhoraram suas habilidades de resolução de problemas e criatividade e têm mais oportunidades de carreira na idade adulta. Eles também acham mais fácil se conectar com outras culturas, o que os torna mais abertos e tolerantes à diversidade, e são menos propensos a sofrer de doenças mentais relacionadas à idade à medida que atingem a velhice. Mais importante ainda, é muito mais fácil aprender uma segunda língua em tenra idade.
Deve-se considerar que os alunos são aprendizes de uma segunda língua e que a motivação e o acompanhamento do professor de inglês, bem como as teorias que este usa no processo ensino aprendizagem é fundamental para que as dificuldades sejam ofuscadas pela ânsia do aprendizado, que só será conquistado pela prática de atividades que sejam significativas e que tenham uma relação direta com um contexto real de comunicação, seja nas situações mais simples ou nas mais complexas. Crianças que aprendem outro idioma antes dos cinco anos de idade usam a mesma parte do cérebro para adquirir o segundo idioma que usam para aprender sua língua materna. Os alunos mais jovens também não são inibidos pelo medo de cometer erros, o que às vezes é um obstáculo para os iniciantes mais velhos.
O ensino de uma segunda língua deve ser um processo natural, ao qual a criança desenvolve o vocabulário das duas línguas, adequando-as às situações de comunicação, reais e contextualizadas, a fim de que as crianças saibam usar as palavras adequadas ao contexto comunicativo de maneira natural.

Deve se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. (Brasil, 1998, p. 23).

Conforme Celani (2009) em reportagem para a revista Nova Escola,

A formação deficiente de professores em faculdades sem qualidade que se proliferam pelo país e a escassez de programas de Educação continuada bem organizados são apenas dois dos desafios enfrentados no ensino de Língua Estrangeira. Outra questão, somada a essas, torna o cenário ainda mais desafiador: a ausência de uma política clara - em nível nacional -, o que leva a disciplina a uma posição secundária dentro do currículo.

Ainda conforme Batista e Porto (2005, p.15)

Uma breve análise da história do ensino de Línguas Estrangeiras modernas (LE) no Brasil pode atestar que essa disciplina sempre foi tratada com certo descaso pela legislação de ensino e pelas escolas, variando entre disciplina às vezes obrigatória, às vezes optativa nos currículos escolares, com ensino de caráter mais literário e cultural ou mais pragmático, de acordo com cada reforma curricular ou decreto governamental.

Portanto, o professor deve se libertar dos “métodos milagreiros” que Celani (1997) define como a crença de muitos educadores numa fórmula mágica de ensino, o professor esquece que ele tem o papel de analisar a turma para assim poder atuar bem, aplicando uma metodologia eficaz e particularizada. A autora afirma ainda que hoje as preocupações que surgem sobre os métodos vão além do que e como ensinar, mas abrangem questionamentos como: “Para que as crianças e jovens precisam de

Inglês? Por que é necessário no currículo"?Ela salienta a defasagem que os profissionais carregam ao sair das faculdades, visto que, em sua opinião, o curso universitário deveria ser específico para o Português e para o Inglês, pois para as duas disciplinas os três anos de curso são insuficientes.
Celani (2009) também destaca, que o despreparo de muitos desses profissionais, faz com que eles cheguem "perdidos" nas escolas para atuarem como professores e, muitas vezes, "as próprias instituições desvalorizam a disciplina.". Ela lembra também que apesar de existir a possibilidade de melhor preparação do professor, a eficácia do "método" dependerá de cada um ao aprender o idioma, mas que a motivação do aprendiz pode ser aguçada pela motivação do professor que também deve ser motivado pela instituição de ensino onde trabalha.
O professor deve ter consciência de seu público e se moldar a ele, sempre planejando suas aulas de maneira objetiva e eficaz, se utilizando dos diversos recursos disponíveis como (filme, música, email, seriados, etc.) para se aproximar de seus alunos e trabalhar o conteúdo de uma maneira contextualizada e dinâmica. É importante que o professor oriente seus alunos sobre a importância que a Língua Inglesa tem para sua formação pessoal, e também, profissional, usando como referência as Leis de Diretrizes e Bases (Art.1º § 2º da Lei9394/96) "... a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". Esta vinculação deve abranger toda a prática educativa escolar.
Percebe-se que o bilinguismo passou a se tornar cada vez mais importante na educação, devido a globalização que enfrentamos e necessitamos aprender outras línguas, como por exemplo o inglês e o espanhol que estão presentes com mais intencionalidade no Brasil.
De acordo com Myers-Scotton:

Falar somente uma língua, tipicamente à língua que se adquire como sua primeira língua ou "língua materna" (geralmente a língua falada em casa, pela família) é chamada de monolinguismo. Bilinguismo é o termo usado para a situação em que o indivíduo fala duas ou mais língua. (MYERSSCOTTON, 2006 apud SALGADO et al, 2009, p.03)

Portanto, o bilinguismo é o termo que utilizamos ao fazer uso de uma segunda língua, além da materna. Ao escutar os adultos falando, a criança começa a apropriar-se de linguagens de forma natural, servindo de estrutura para o desenvolvimento de suas próprias regras.

O bilinguismo é uma exceção e o falar bilíngue é frequëntemente associado à noção de perfeição, ou seja, o bilíngue seria uma espécie rara que fala, lê, escreve e compreende duas ou mais línguas de maneira igualmente fluente, sem sotaque e sem quaisquer outros traços que permitam distingui-lo do monolíngue, quando fala uma de suas línguas. No entanto a realidade não é bem assim: estima-se que o bilinguismo está presente em quase todas as nações do mundo, em todas as classes sociais e em todas as faixas etárias e a sua aquisição ocorre em diferentes fases da vida; por isso, dificilmente o indivíduo é igualmente fluente em todas as línguas e em todos os níveis" (GROSJEAN 1982,1994, apud MELLO,1999, p.18)

De acordo com a OEBi (Organização das Escolas Bilíngues de São Paulo), "a infância é o melhor período para assimilar um segundo idioma. O bilinguismo propicia, de forma positiva, o desenvolvimento cognitivo da criança".
Segundo Vygotsky (2005, p.5):

A natureza do significado como tal não é clara. No entanto, é no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal. É no significado, então, que podemos encontrar as respostas às nossas questões sobre a relação entre o pensamento e a fala.

Portanto, percebe-se que o indivíduo relaciona o pensamento com a linguagem, formando o pensamento verbal, por este motivo que a educação bilíngue deve ser pensada já na fase da educação infantil.
De acordo com conceituados atores quanto mais cedo for o processo de introdução de uma segunda língua, mais conhecimentos significativos serão desenvolvidos.
As abordagens pedagógicas ao ensinar uma outra língua devem estar associadas ao cotidiano da criança para que ocorra de forma significativa.

O APRENDIZADO DO LER E DO ESCREVER VOLTADO PARA A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO EM RELAÇÃO AO MUNDO

O ato de ler e de escrever não é apenas decodificar o código linguístico, é preciso, porém ser capaz de interpretar diferentes gêneros textuais. O meio em que vive é de suma importância para o desenvolvimento do aprendizado, uma vez que o indivíduo está inserido num mundo letrado, no qual existem diversos códigos linguísticos. Segundo Kleiman (1995, p. 19): "Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos".

Quando se ensina a ler e a escrever com base no que faz parte do dia a dia da criança, ela aprende de forma contextualizada e não letra por letra. Ela aprende de um contexto que ela já conhece, assim associa e entende. Magda Soares cita em um dos seus artigos que “o domínio de competências de leitura e escrita vão além de medir apenas a capacidade de saber ler e escrever”.
É importante ressaltar que o conceito de letramento e alfabetização pode variar de acordo com o momento histórico, desenvolvimento social e cultural em que o indivíduo vive, uma vez que o desenvolvimento do país possui grande influência sobre o processo de educação.
Convém salientar que os problemas enfrentados no processo de alfabetização no Brasil vêm nos acompanhando em longa data:

No Brasil, como em vários países da América Latina, as antigas elites
– formadas por oligarcas com influências liberais – acostumaram-se a ver na educação “a alavanca do progresso”. Assim, tomaram o tema do analfabetismo e despejaram rios de retórica. Diziam que o país jamais poderia encontrar seu caminho e a democracia jamais poderia ter uma realidade enquanto tivermos uma tão alta proporção de analfabetos. A “ignorância” e o “atraso” eram duas faces da mesma moeda. Palavras, muitas palavras – e - mas nenhuma ação (Freire, 1967).

Atualmente nos encontramos em desenvolvimento procurando sanar os problemas que surgem e fazer com que o processo de alfabetização seja concluído com êxito, que além de codificar e decodificar códigos o indivíduo possa estar preparado para o mundo, ou seja, que ele esteja apto para viver em sociedade.
Hoje ainda vivenciamos o desafio de fazer com que todos tenham acesso e façam uso da leitura e da escrita, apesar de possuírem maior disponibilidade para a utilização de diversos meios como bibliotecas, livrarias, jornais, revistas e a internet, o que possibilita tornar os indivíduos letrados e conscientes, fazendo uso dessas ferramentas, participando ativamente da sociedade. Em seu artigo Kleiman afirma que:
O aluno que elabora um bilhete recomendando um livro e justificando sua recomendação faz uma ‘leitura inspecional quando seleciona, na biblioteca, um livro para leitura, ou quando procura, no caderno infantil do jornal, a página que traz resenhas de livros; ele faz também uma ‘leitura tópica’, de detalhes, quando volta ao livro lido para copiar uma informação específica que deseja incluir na sua recomendação ou resenha; faz, ainda, uma ‘leitura de revisão ’quando lê seu próprio texto antes de torná-lo público (1995, p. 24).

As expectativas positivas dos professores interferem na aprendizagem dos alunos. Essas expectativas se manifestam nas diversas situações de interações sociais e educacionais. Embora possa haver diferenças no desenvolvimento dos indivíduos, é importante ter consciência de que eles podem se beneficiar de diferentes experiências no contexto social e educacional.
Portanto, a escola deve propiciar aos alunos ambientes que facilitem o processo de letramento e alfabetização, haja vista que esta é responsável pela preparação dos indivíduos para as práticas sociais o que possibilita um espaço rico de aprendizagem para todos os alunos.
As crianças dão os primeiros passos críticos para aprender a ler e escrever muito cedo na vida. Muito antes de poderem exibir habilidades de produção de leitura e escrita, eles começam a adquirir alguns entendimentos básicos dos conceitos sobre alfabetização e suas funções.
As crianças aprendem a usar símbolos, combinando sua linguagem oral, imagens, impressão e brincadeiras em um meio misto coerente e criando e comunicando significados de várias maneiras. A partir de suas experiências iniciais e interações com adultos, as crianças começam a ler palavras, processando relações letra-som e adquirindo conhecimento substancial do sistema alfabético. À medida que continuam a aprender, as crianças consolidam cada vez mais essas informações em padrões que permitem automaticidade e fluência na leitura e na escrita, consequentemente, a aquisição da leitura e da escrita é mais conceituada como um continuum de desenvolvimento do que como um fenômeno do tudo ou nada.
De acordo com Smith (1989, p. 236):

Existe somente um modo de se resumir tudo o que uma criança deve aprender a fim de se tornar um leitor fluente, e este é dizer que a criança deve aprender a utilizar a informação não-visual, ou o conhecimento anterior, de modo eficiente, quando atentado para a linguagem escrita. E uma compreensão das finalidades e convenções dos textos é uma parte central da informação não-visual. Pois, o aprender a ler não requer memorização de nomes e letras, ou regras fonéticas, ou um grande vocabulário; tudo isto vem no curso do aprendizado da leitura, e pouco disto fará sentido para uma criança sem alguma experiência em leitura.

Mas a habilidade de ler e escrever não se desenvol-

ve naturalmente, sem um planejamento cuidadoso e instrução. As crianças precisam de interações regulares e ativas com a impressão. As habilidades específicas exigidas para leitura e escrita vêm de experiências imediatas com a linguagem oral e escrita. As experiências nesses primeiros anos começam a definir as suposições e expectativas sobre como se alfabetizar e a dar às crianças a motivação para trabalhar no sentido de aprender a ler e escrever. Com essas experiências, as crianças aprendem que ler e escrever são ferramentas valiosas que as ajudarão a fazer muitas coisas na vida.

ALFABETIZAÇÃO E O BILINGUISMO

Dificilmente pensamos sobre o papel da escrita em nossa vida, pois ela já está enraizada em nosso cotidiano, e não nos damos conta de sua importância e no quanto ela facilitou nossas vidas.

A importância do surgimento da escrita para a história das civilizações é tão grande que é considerada como um marco fundamental do desenvolvimento. Por causa disso costuma-se chamar de Pré-História o período anterior à escrita (BRITO, 2012, p. 20).

A partir do desenvolvimento de uma nova sociedade, que deixava de ser nômade e passava a ser mais complexa, pois estava se estabelecendo em um determinado local, desenvolvendo métodos de agricultura, comércio e negociações, houve a necessidade de criar um meio de organização, onde fosse possível registrar e retomar aquele registro quando necessário. Foi a partir dessa necessidade que surgiu a escrita.

O desenvolvimento dos métodos de agricultura e do comércio, e as distâncias entre as cidades entre as quais se estabeleciam relações de trocas, são tidos como os responsáveis pelos primeiros registros escritos, ante a necessidade de controle administrativo, de registros contábeis e de se saber com exatidão onde se situavam os distantes pontos de abastecimento e quais as rotas a seguir para os alcançar (GOMES, 2007, p. 05).

Faz-se necessário destacar que a alfabetização foi introduzida com intuito de estabelecer relações de trocas, devido a necessidade de controle administrativo. Com tudo deve-se perceber a importância de uma introdução bilíngue, já que cada vez mais temos a presença de estrangeiros em nosso país, tanto para negócios quanto para o turismo.

Logo no começo dessa nova sociedade, não se fazia necessário que as pessoas mais comuns dominassem a escrita, pois seus afazeres não lhe exigiam.

No Brasil, a educação ganhou destaque no final do século XIX, especialmente com a proclamação da República. As escolas, assumiram um importante papel de instrumento de modernização, tornando-se o lugar para preparar as novas gerações

para atender aos ideais do Estado republicanos, e assim instaurar a nova ordem política e social (MORTATTI, 2006).

Tudo leva a crer que a distinção qualitativa entre a sensação e o pensamento seja a presença, nesse último de um reflexo generalizado da realidade, que é também a essência do significado da palavra; e consequentemente, que o significado é um ato do pensamento, no sentido pleno do termo. (VYGOTSKY, 2005, p. 6).

O ensino passou a ser organizado, intencional e sistemático. Era uma nova fase em que as pessoas se instruiriam e passariam a enxergar o mundo com outro olhar, contribuindo assim, para o desenvolvimento e avanço do país.

Houve diversos métodos de alfabetização, pois ao longo dos anos a escola tem fracassado em seu papel de alfabetizadora, e para cada fracasso o método de ensino utilizado nessa época é considerado tradicional e substituído por outro método considerado inovador.

Mortatti (2006, p. 4-12), dividiu os métodos de ensino inicial da leitura e escrita, desde as décadas finais do século XIX, em quatro momentos:

A metodologia do ensino da leitura – O primeiro momento durou da segunda metade do século XIX a 1890. Para o ensino da leitura utilizavam nessa época o método sintético, que é da parte para o todo, ou seja, letras, sílabas, palavras, frases e textos. Esse método parte da ideia de ir aumentando o grau de dificuldade. A escrita era restringida a caligrafia e ortografia, e seu ensino era através de cópia, ditados e produção de frases isoladas.

A institucionalização do método analítico – O segundo momento durou de 1896 a 1920. O ensino da leitura deveria ser do todo, para depois ir para as partes constitutivas.

Alfabetização sob metida – O terceiro momento durou de 1920 até o final da década de 1970. Foi a conciliação do método sintético com o analítico, chamado de métodos mistos ou ecléticos.

Alfabetização: construtivismo e desmetodização – De 1980 a dias atuais. O construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma revolução conceitual, que questiona a necessidade das cartilhas, as teorias e práticas tradicionais e desmetodizar o processo de alfabetização.

Percebe-se que cada novo método de alfabetização

surgiu como inovador e com a função de tentar “salvar” a educação do fracasso.

O BILINGUISMO E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A linguagem sofre influências de acordo com o meio ao qual se vive, tendo um papel fundamental na vida do indivíduo. Segundo Schütz (2007) “as abordagens ao ensino de línguas se sucedem ao sabor das tendências de cada época”.
A linguagem permite a comunicação ilimitada acerca de todos os aspectos da realidade, permite também reinventar o mundo cultural. Graças a linguagem, a criança pode aprender sobre o mundo, pode também socializar-se, adquirir valores, regras e normas sociais e assim, aprender a viver em comunidade.
A linguagem permite à criança obter explicações sobre o funcionamento das coisas e do mundo e sobre as razões do comportamento das pessoas.
De acordo com Finger e Quadros (2007):

A concepção de aprendizagem defendida por Skinner pode ser facilmente utilizada para descrever situações comuns em nosso dia-a- dia. Se um pai ou mãe – ou até mesmo um professor – cede aos apelos de uma criança que chora e teima a fim de conseguir algo que o adulto havia anteriormente proibido, a criança aprenderá que o seu comportamento insistente lhe garante sucesso e consequentemente passará a sempre agir dessa forma quando quiser algo. Ao contrário, se a criança não for recompensada pelos seus gritos e provocações, ela tenderá a abandonar esse comportamento e tentar outro tipo de reação a fim de atingir seu objetivo, uma vez que os indivíduos possuem a capacidade de se justarem ao ambiente em que vivem (2007, p. 12).

Se não houver uma base linguística suficientemente compartilhada, e de um bom nível de competência linguística para permitir uma comunicação ampla e eficaz, o mundo da criança ficara. Confinado a comportamentos estereotipados aprendidos em situações limitadas.
Assim. A linguagem tem a importante função interpessoal de permitir a comunicação social, ela também tem a vital função intrapessoal de permitir o pensamento, a formação e o reconhecimento de conceitos, a resolução de problemas, a atuação refletida e a aprendizagem consciente.
Nota-se que o ser humano recebe influências diversas, repetindo e imitando linguagens que estão ao seu redor. Pode-se perceber essas repetições e imitações ao observarmos falas de personagens sendo imitadas pelos indivíduos.
Harmes e Blanc (2000 apud Megale, 2005, p. 3) decorrem a respeito do bilinguismo e consideram as seguintes dimensões:

- Competência Relativa, que enfatiza a relação entre duas competências. Temos a partir disto o bilinguismo balanceado, onde o indivíduo possui a mesma competência linguística em ambas as línguas. Salientamos que, dentro deste conceito, não importa o alto grau de competência nas duas línguas, mas sim se este alcançou um grau equivalente em ambas às línguas. E temos o bilinguismo dominante, que é aquele em que apresenta maior competência em uma das línguas, normalmente na língua nativa.
- Organização Cognitiva, onde temos o conceito de bilíngue composto, que seria aquele que mostra uma única representação cognitiva para duas traduções iguais; e o conceito de bilíngue coordenado, seria aquele que mostra representações distintas para duas traduções iguais. - Idade da Aquisição, onde de acordo com a idade em que se dá a aquisição da língua temos o bilinguismo infantil, adolescente ou adulto. O bilinguismo infantil divide-se em bilinguismo simultâneo, onde desde o nascimento a criança é exposta a duas línguas e a adquire ao mesmo tempo; e bilinguismo consecutivo, onde após ter adquirido as bases linguísticas da língua materna, ela adquire, ainda na infância a segunda língua. Quando a aquisição da segunda língua ocorre na adolescência, denominamos este como bilinguismo adolescente, e quando o indivíduo adquire a língua em fase adulta, chamamos este de bilinguismo adulto.
- Presença ou não de Indivíduos Falantes da L2, e acordo com esta, classificamos o bilinguismo endógeno ou exógeno. Por bilinguismo endógeno entendemos que ambas as línguas são utilizadas como nativas na comunidade, podendo ou não ser utilizados para fins institucionais. Já por bilinguismo exógeno, temos a ausência da segunda língua dentro da comunidade. - Status, atribuído à língua, pode desenvolver no indivíduo formas diferenciadas de bilinguismo. Temos então o bilinguismo aditivo, onde as duas línguas são valorizadas no desenvolvimento cognitivo da criança, e a aquisição da segunda língua dá-se sem perda ou prejuízo a língua materna; e o bilinguismo subtrativo, onde a primeira língua é desvalorizada, originando desvantagens cognitivas no desenvolvimento da criança e ocorrendo perda ou prejuízo na língua materna.
- Identidade Cultural, onde temos bilíngues biculturais, monoculturais, aculturais e desculturais. Como bilinguismo bicultural, entende-se o indivíduo que se identifica de forma positiva com os dois grupos culturais e é reconhecido por cada um dos grupos.